

ORGANIZAÇÃO CAMPONESA EM GOIÁS NAS DÉCADAS  
DE 1950-1960 E OS SINAIS DE NOVAS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS NOS ATUAIS MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>\*,1</sup>

*Maria Tereza Canezin Guimarães*<sup>\*\*</sup>

RESUMO

Após relatar aspectos da pesquisa por mim realizada que resultou no trabalho denominado *Formas de organização camponesa em Goiás (período 1954/1964)*, desenvolvo algumas observações sobre os movimentos sociais na conjuntura atual, em especial, os relativos ao sujeito coletivo que tem como reivindicação fundamental a luta pela posse da terra .

Palavras-chave: movimentos sociais, conjuntura atual, Goiás, posse, terra.

Inicialmente, os meus agradecimentos pelo convite para participar deste evento. É uma honra estar entre companheiras e companheiros que, de lugares diferentes, lutam para construir um mundo novo, no qual homens e mulheres possam, por suas ações conscientes, produzirem a si mesmos e suas experiências sociais, em liberdade e na pluralidade.

Divido a minha exposição em dois momentos. No primeiro, relato aspectos da pesquisa por mim realizada que resultou no trabalho denominado *Formas de organização camponesa em Goiás (período 1954-1964)*. No segundo, desenvolvo algumas observações sobre os movimentos sociais na conjuntura atual, em especial, os relativos ao sujeito coletivo que tem como reivindicação fundamental a luta pela posse da terra.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, de forma isolada, mas com a mesma intenção, professores como Maria Esperança Carneiro,

---

\* Conferência recebida em 14/09/2004 e aprovada em 24/10/2004.

\*\* Professora titular da Universidade Católica de Goiás (UCG). [E-mail: canguie@brturbo.com].

Walderês Nunes Loureiro, Clélia Botelho e eu iniciamos pesquisas sobre o que genericamente qualificamos como movimento camponês em Goiás. Era um momento em que a sociedade civil sinalizava a redemocratização do país e havia grande interesse desses estudiosos em reconstituir o referido período da história de Goiás, por meio da memória daqueles que o vivenciaram ativamente. Havia o entendimento de que a história real desenrola-se no *claro e no escuro do percebido e do concebido*, que a história não é produzida por homens providenciais, heróis ou santos e que o seu desvendamento requer a apreensão das contradições do movimento presente na sociedade (CANESIN, 2001).

No desenrolar da pesquisa, percebíamos que, a par das condições objetivas e subjetivas da conjuntura estudada, havia a presença de homens e de mulheres, equivocados ou não, portadores de ricas experiências que relatavam acontecimentos, fatos, relações, sofrimentos, angústias, esperanças, enfim, falavam a respeito de situações que não estavam registradas na documentação escrita, mas na sua memória. No formato da *sociabilidade dos homens simples*, revelavam o alcance de compreensão das possibilidades históricas vividas. Ensinavam o significado da expressão *ser de esquerda*, isto é, participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça, na solidariedade, e lutar para a concretização de uma terra para todos, de uma vida digna, de acesso à educação, à saúde, de autonomia individual e coletiva. *Ser de esquerda* significava a expressão que Emir Sader tomara emprestado de Carlos Drummond: realizar o “sonho desses anjos tortos que acalentam os desejos de felicidade perseguidos por homens e mulheres ao longo da história”. As personalidades – Porfírio, Bailão, Santo, Alaor, Dona Dirce, Percival, Tibúrcio e outros mais – são, emblematicamente, *anjos tortos* desse tempo da história. Nossa homenagem a todas essas pessoas.

Os anos 1950 e 1960 representam, em todo o Brasil, um marco que delimita a entrada dos trabalhadores rurais, de forma mais consistente e organizada, nas lutas sociais no campo. Essa emergência deu-se, de um lado, no bojo das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, ou pelo movimento do capital na agricultura brasileira, que gerou expulsões e resistências de posseiros, arrendatários etc.; de outro, uma conjuntura marcada pelas ambigüidades próprias do populismo, em que o Estado, ao promover o projeto nacional desenvolvimentista, incorporava reivindicações das classes subalternas.

Em Goiás, nessa fase, a dinâmica das lutas sociais no campo evidenciou-se, fundamentalmente, pelas lutas camponesas. No processo de expansão do capitalismo, multiplicaram-se os conflitos pela posse da terra, manifestados nas formas de resistência do campesinato da região centro-norte à expropriação territorial efetuada por grileiros, fazendeiros e empresários. A luta pela posse da terra, apesar de seu caráter restrito e localizado, constituiu-se, a partir da década de 1950, em reivindicação primordial dos trabalhadores rurais do centro-norte goiano. Os confrontos e as lutas pela posse da terra geraram alternativas de organização camponesa, marcadas pela atuação maior ou menor de determinados setores políticos que disputaram a tutela política dos trabalhadores rurais.

No final da década de 1940, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio das *Ligas Camponesas*, procurou articular os trabalhadores rurais em torno da luta pela *baixa do arrendo*. A partir dos meados da década de 1950, com a intensificação dos conflitos pela posse da terra e conforme as novas diretrizes do PCB, surgiram as associações de lavradores. Nos anos 1960, definiu-se mais claramente entre o PCB, Igreja Católica e outras organizações da sociedade civil e o Estado uma disputa pela hegemonia e paternidade na organização dos trabalhadores rurais. Sobretudo nos anos 1962/1963, as principais forças sociais presentes naquela conjuntura política procuraram traçar plataformas políticas e orientar a organização sindical dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, chegou-se a constituir um movimento sindical rural que teve certa expressividade no conjunto das lutas sociais em Goiás. A região centro-norte apresentou, nos anos 1964-1965, a maior taxa de intervenção sindical em todo o Brasil, e Goiás foi considerado o *locus* de maior conflito político sindical.

Constata-se, então, em Goiás, especialmente a partir da década de 1950, de um lado, a multiplicação dos conflitos pela posse da terra que colocavam o posseiro como um dos personagens principais das lutas camponesas e, de outro, o envolvimento mais sistemático de partidos políticos e outras instituições da sociedade civil em disputa pela hegemonia na organização dos trabalhadores rurais. Nessas condições, surgiram, no período 1954-1964, alternativas de encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais mediante associações de lavradores e sindicatos rurais, e os agentes políticos que procuraram conduzir esse processo foram, predominantemente, o PCB e a Igreja Católica.

De acordo com o quadro exposto, os objetivos do trabalho consistem em analisar a natureza das reivindicações dos trabalhadores rurais encaminhadas por *associações rurais e sindicatos rurais* na conjuntura 1954-1964 e as propostas políticas de organizações e de lideranças que, nesse período, vincularam-se às classes subalternas do campo, na tentativa de elaboração de um possível projeto de mudança. A problemática adquiriu pertinência pois partia-se do pressuposto de que as lutas sociais no campo se estabelecem por certas condições objetivas e subjetivas, produtos das contradições do avanço do capitalismo e das forças sociais presentes na configuração do campo político. A questão norteadora é que as instituições e os partidos políticos, ao traçarem plataformas políticas incorporando as tensões e reivindicações dos trabalhadores rurais pela posse da terra, estimularam ou bloquearam a potencialidade dos movimentos sociais no campo.

A delimitação do ano de 1954 deve-se à intensificação dos conflitos pela posse da terra, à atuação do PCB por intermédio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e sua entidade regional, a União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas de Goiás, na criação das associações de lavradores, incluindo as duas principais associações – a de Trombas e Formoso (1954) e a de Itauçu (1956). O ano de 1964 constitui outro marco, pois representou, em Goiás e em todo o Brasil, o esfacelamento dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, quando as ligas camponesas, os sindicatos e as federações de trabalhadores mais ativos foram reprimidos e desativados.

A dinâmica das denominadas associações de lavradores e sindicatos rurais e as diretrizes políticas traçadas por agentes políticos e instituições que procuraram vincular-se às classes subalternas do campo, no período investigado, apresentam questões significativas para a compreensão da História de Goiás. Uma delas refere-se à relação sociedade civil e Estado, em especial, aos mecanismos utilizados pelos organismos governamentais para instrumentalizar as reivindicações dos trabalhadores rurais pela posse da terra .

O Estado, ao mesmo tempo em que acenava para a participação das classes subalternas e estimulava a criação de sindicatos rurais sob a sua tutela, empenhava-se em evitar as conseqüências que poderiam advir de uma maior participação popular. Por intermédio da Secretaria do Trabalho e Assistência Social e da Superintendência de Reforma Agrária, em articulação com partidos políticos, o governo estadual, ambigualmente,

estendeu o *populismo sindical* ao campo. Essa ação traduziu o tratamento dado pelo governo Mauro Borges Teixeira à questão fundiária e à luta pela terra em Goiás. Expressou, dessa forma, as tentativas de o Estado assumir a representação política dos interesses dos trabalhadores rurais, como estratégia orientada para absorver as reivindicações pautadas na luta pela posse da terra e, assim, dar contornos a uma *radicalização permissível*, nos limites possíveis da sustentação política do governo Mauro Borges. O compromisso político do governo estadual com os trabalhadores rurais iniciou-se obedecendo à lógica estabelecida pela coligação do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que garantiu a eleição de Mauro Borges como governador do estado de Goiás e começou a declinar em meados de 1963, quando o arranjo político tornou-se insustentável. À medida que a questão da luta pela posse da terra e os conflitos do campo ampliaram-se, houve um certo avanço da participação dos trabalhadores rurais em geral, e as lutas internas no aparelho governamental acirraram-se. O Estado procurou redefinir os limites do *compromisso*, rompendo o *pacto*. Assim, o Estado, que inicialmente acenava a possibilidade de participação das classes subalternas, recuou, sobretudo após a realização do I Congresso Camponês Operário Estudantil, realizado em Goiânia-GO, no final de 1963.

Também a Igreja Católica, no final de 1950 e início de 1960, incorporou as demandas sociais em termos da reforma agrária e de sindicalismo, apontando o trabalhador rural como personagem central para o qual deveriam convergir os esforços e tornou-se ativa. A Igreja Católica, representada no estado de Goiás pela Arquidiocese de Goiânia, com o entendimento de que o camponês era dotado de certos atributos, como autenticidade, pureza e *ser imune aos germes do capitalismo*, procurou elaborar uma plataforma política para *salvaguardar as massas camponesas das pregações demagógicas*. A proposta e a experiência de reforma agrária que executou na Fazenda Conceição, no município de ??? expressava, claramente, a preocupação com a expansão do comunismo e com a apresentação de uma solução entendida como ideal para a questão agrária, nas condições de Goiás. A referida proposta consistia em ampliar o número de pequenos produtores que, fixados no espaço rural, aumentariam a produção agrícola, rompendo o desequilíbrio migratório entre cidade e campo. Também, com o propósito de *defender o rebanho*, um outro antídoto consistia na legalização das relações de

trabalho no campo, com a criação de organismos intermediários entre *patrões e empregados*: os sindicatos rurais. Assim, resguardar ou salvaguardar o trabalhador rural, em especial o pequeno produtor, era condição para manutenção da *ordem social*.

Nessa perspectiva, a Igreja Católica procurou aproximar-se dos trabalhadores rurais. Surgiram, então, dois agrupamentos políticos: a Frente Agrária Goiana (Fago) e o Setor de Sindicalismo Rural do Movimento de Educação de Base (MEB), os quais desenvolveram práticas sociais portadoras das contradições internas da instituição religiosa nas condições históricas do período. As ações desses agrupamentos revelavam a forma ambígua de a Igreja Católica vincular-se às classes subalternas do campo. O interesse pelo campo ou, mais precisamente, pelos trabalhadores rurais, nascia na lógica das contradições vividas pela sociedade. Nos limites da atuação da Fago e do Setor de Sindicalismo Rural do MEB, a instituição Igreja traduzia o nível de confronto e de correlação de forças sociais presentes naquele período. De um lado, a instituição propunha a experiência de reforma agrária, procurando reforçar a vinculação com o Estado e os setores dominantes, utilizava o argumento de que *deveria abranger todos os homens cristãos e de todas as classes sociais* e salvaguardar o *camponês* do comunismo. De outro, o envolvimento com as condições concretas vividas pelos trabalhadores rurais desdobrava-se em *compromissos mais imediatos* dos agentes políticos do MEB e do Setor de Sindicalismo Rural. Este agrupamento desenvolveu uma prática política educativa significativa e formou lideranças de trabalhadores rurais, avançando a sua proposta além dos limites institucionais.

Para compor o cenário dos movimentos sociais rurais dessa conjuntura, é preciso pontuar alguns aspectos para a reflexão.

Na sociedade brasileira das últimas décadas, a presença do capital no espaço rural, guardada a especificidade de cada lugar, faz-se notar pela acentuada concentração da propriedade, pela crescente expropriação das terras por causa da ocupação da empresa agrícola, pela articulação da pequena propriedade aos interesses do capital, pelo fenômeno da crescente proletarização rural, manifestada nas figuras dos *bóias-frias* e *peões*, pelos contínuos movimentos migratórios dos trabalhadores rurais que, sem alternativa de sobrevivência, dirigem-se para os centros urbanos ou recriam a posse, deslocando-se para áreas de terras devolutas, na condição de posseiros. Em suas múltiplas manifestações, a lógica desse

processo, na especificidade de Goiás, no período examinado de 1954-1964, centrava-se não propriamente nas condições de assalariamento ou de relações tipicamente capitalistas, que opõem diretamente o trabalho e o capital, mas no problema da terra, da sua posse. A luta pela posse da terra ou a resistência camponesa à expropriação do seu objeto e meio de trabalho constituía-se em marcante contradição no campo.

A luta pela posse da terra, no centro-norte goiano, expressa no projeto das associações e federações de *lavradores sem terra* e no movimento social de Trombas e Formoso, indicava que, nesse período, a base dos conflitos sociais existentes no campo era a grilagem das terras ocupadas por posseiros ou migrantes expulsos de outras regiões do país. Verificava-se, pois, no centro-norte, a presença de uma luta contra a expropriação da terra ou contra os interesses de fazer a terra entrar no circuito de valorização do capital. Na base dos conflitos sociais existentes, havia uma luta pela autonomia camponesa, que visava a preservação do objeto e meio de trabalho e que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista, marcado pela concentração da terra ou pela subordinação da terra ao capital. Nesses termos, a luta pela terra no centro-norte apresentava significativo peso político, pois articulava e mobilizava parte importante dos trabalhadores rurais e revelava um caráter *potencialmente ofensivo*.

A organização dos trabalhadores rurais em movimento pela posse da terra conduzido pelas associações rurais, sobretudo a Associação de Trombas/Formoso, construiu estratégias de resistência a ponto de sustentar lutas sociais fundadas nas relações comunitárias, nos *conselhos de córregos*, no enfrentamento armado e outros, e, assim, ter visibilidade local, estadual e nacional. Nesse processo, o Estado e os setores dominantes da sociedade passaram a definir novos mecanismos de tratamento da luta pela terra em Goiás.

As ações do governo Mauro Borges foram, sob a égide do populismo, pautadas no desenho dos limites da participação dos trabalhadores rurais, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação. Nesse sentido, foi definida uma política de colonização e de sindicalismo rural, visando neutralizar as lutas e as reivindicações camponesas. Quando Mauro Borges acenou a possibilidade de entrega parcial dos títulos da terra na região de Trombas e Formoso, as lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro passaram a sustentar o argumento de que o Estado poderia encaminhar e solucionar a questão da posse da terra. Orientado

nessa perspectiva, o Partido Comunista do Brasil incorporou a proposta de sindicalização rural considerada como prioritária na condução das reivindicações dos trabalhadores rurais, de acordo com as diretrizes traçadas pelo partido nacionalmente.

Ao priorizar o sindicalismo, o Partido Comunista Brasileiro passou a considerar mais intensamente a viabilidade de encaminhar a luta pela posse da terra nos limites de um projeto de reforma agrária em que a desapropriação e a distribuição de terras processassem-se gradualmente e que, portanto, os mecanismos para direcioná-las deveriam circunscrever-se à possibilidade de reformulação da legislação no Congresso Nacional. As lideranças do PCB procuraram estabelecer um consenso acerca das diretrizes do Estatuto do Trabalhador Rural como melhor alternativa política para orientar a organização dos trabalhadores rurais, subordinando a luta mais ampla do campesinato e a autonomia das associações de lavradores sem terra ao processo de sindicalização rural sob a tutela do Estado. Com essa perspectiva, o PCB priorizou os sindicatos oficiais como principal espaço para encaminhamento das lutas imediatas dos trabalhadores rurais.

A leitura desse período da história dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais em Goiás apresenta certos ensinamentos para as práticas políticas desenvolvidas pelos movimentos fundados no direito à posse da terra. Esta afirmativa apresenta consistência quando existe a compreensão de que os movimentos sociais são portadores de um caráter educativo, ou seja, são sujeitos coletivos que exercitam o processo de aprendizagem interna (entre os participantes) e externa (sociedade inclusiva), com efeito multiplicador de ações sociais que se traduzem em formas e modos de construção da democracia (CRUZ, 2000).

Da experiência das formas de organização camponesa em Goiás no período 1954-1964, sucintamente pode-se entender que, no processo de disputa, as instituições e os partidos políticos, ao traçarem plataformas que incorporavam as tensões e as reivindicações dos trabalhadores rurais, acabaram por produzir um pacto conciliatório com o Estado que não contribuiu para fazer avançar e nacionalizar as lutas sociais. No caso de Goiás, constatou-se que os principais agentes políticos envolvidos no processo colaboraram, em especial, durante os anos de 1963 e 1964, para impedir o desdobramento da luta pela terra, apesar de ocorrer uma expressiva mobilização dos trabalhadores rurais, durante o governo Mauro Borges, em torno do processo de sindicalização rural.

Nestas últimas quatro décadas, um expressivo conjunto de acontecimentos alterou a lógica do processo de organização das sociedades brasileira e mundial. No reordenamento do capitalismo internacional, tem lugar de destaque o fenômeno da globalização, o enfraquecimento dos estados nacionais, os novos tipos de guerra, o ressurgimento dos conflitos étnicos, as mudanças na natureza do trabalho e do cotidiano promovidas pelos avanços tecnológicos e a informática, o crescimento demográfico, os deslocamentos populacionais e migratórios e a urbanização acelerada.

O Brasil, nesse cenário, vive uma modernidade postiça, epidérmica, em que a pobreza e a riqueza convivem sob a égide do capital e de um imaginário hegemônico que tem o poder de conciliar o inconciliável, o injustificável, de criar e de recriar necessidades e carências fundamentais não-realizáveis (MARTINS, 2000). Essa realidade instiga inúmeras indagações. Uma delas refere-se ao papel dos movimentos sociais. O que há de novo nos movimentos sociais em escala mundial e no Brasil? Sem dúvida, no Brasil, o movimento dos trabalhadores sem-terra adquiriu visibilidade e, confrontado com as experiências da organização dos trabalhadores rurais dos anos 1950 e 1960, tem revelado contornos bastante diferenciados.

Na tentativa de proceder a uma caracterização dos movimentos sociais contemporâneos, o sociólogo Bourdieu (1998) faz certas observações pertinentes para o entendimento da lógica dos atuais movimentos sociais. Os traços distintivos apontados por Bourdieu (1998) fornecem elementos teóricos para a compreensão até mesmo dos movimentos sociais recentes fundados na luta pela terra. Primeiramente, o autor citado constata que há uma diversidade de movimentos sociais, em razão de suas origens, de seus objetivos e seus projetos, mas considera que há também traços comuns que os identificam. Os movimentos sociais genericamente nascem recusando as formas tradicionais de mobilização política, em particular, aquelas que mantêm a tradição dos partidos soviéticos. Tendem a excluir toda a espécie de monopólio exercido por minorias e buscam favorecer a participação direta de todos interessados, o que pressupõe, também, a existência de líderes de um tipo novo, dotados de uma cultura política e capazes de ouvir e de exprimir um novo tipo de expectativas sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais aproximam-se da tradição libertária e das formas de organização autogeríveis. O segundo traço comum é que eles criam e recriam formas de ações

originais, em seus fins e meios, expressando forte conteúdo simbólico (signos, símbolos). O terceiro traço comum é que se orientam por objetivos precisos (ação racional) e se empenham, efetivamente, em obter soluções diretas e práticas, o que exige um forte engajamento pessoal dos militantes. O quarto traço é que os movimentos sociais têm o poder de atrair os meios de comunicação, mesmo aqueles que são marginais e minoritários em termos de aceitação pela sociedade global. Em várias conjunturas adversas, ao menos pontualmente, conseguem adquirir visibilidade nacional e internacional, estabelecendo confronto com a própria mídia. O quinto traço é que são, ao mesmo tempo, particularistas e internacionalistas, no contexto da globalização. A última propriedade distintiva dos movimentos sociais é que exaltam a solidariedade – princípio tático de todas as lutas – e que procuram exercê-la tanto pela ação quanto pela forma de organização de que são dotados.

Esses traços indicam que, apesar do aparente imobilismo da sociedade civil, há em curso diferentes tipos de movimentos sociais que constroem rupturas cotidianas com a lógica de reprodução das sociedades. Também cabe ressaltar as lutas sociais que ganharam espaços nas décadas de 1950 e de 1960, pela ousadia e pela coragem de homens e de mulheres que colocaram suas vidas em risco, em defesa do enfrentamento dos diversos mecanismos de configuração do capitalismo no campo, e que têm muito a ensinar a movimentos sociais atuais que persistem no projeto de mudança em direção à reinvenção concreta de uma nova sociedade .

Encerrando a exposição, gostaria de reafirmar a importância desse evento em que são reavivadas a história coletiva e a individual daqueles que se empenharam, apesar das adversidades, em construir um mundo novo: de justiça, de igualdade e de solidariedade. Como afirma George Santayana, “aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo” e, acrescentamos, muitas vezes como farsa, segundo os ensinamentos do velho Marx.

#### ABSTRACT

After presenting the aspects of a research which resulted in a work called Forms of Peasant Organization in Goiás, I develop some observations about recent social movements and, in special, the ones related to the collective human beings whose mainly struggle has been to conquer the possession of their land.

Key words: Social movements, recent conjunctures, Goiás, possession, land.

#### NOTA

1. Palestra apresentada em mesa-redonda realizada em 21 de setembro de 2003, no evento Guerra camponesa de Trombas e Formoso, promovido pela Andes, Cepec, Epec, IDF, ITP, DCE-UFG, DCE-UCG.

#### REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CANESIN, M. T. *As formas de organização camponesa em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

\_\_\_\_\_. *Introdução à teoria e ao método em Ciências Sociais e educação*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

CRUZ, J. A. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SADER, E. *O anjo torto (esquerda e direita no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.